

Nos bastidores, 'guerra de foice no escuro'

BRASÍLIA — “Uma verdadeira guerra de foice no escuro”. Assim o advogado do PFL, Paulo Goiás, definiu o clima nos bastidores do julgamento, horas antes da decisão do TSE sobre a ilegalidade da candidatura pelo PMB de Silvio Santos. Segundo Goiás, um dos defensores de Silvio, os Ministros do TSE teriam sofrido pressões de todas as partes interessadas, inclusive de Ministros do Governo Sarney.

— Os telefones não param. Dos dois lados. Tanto da nossa parte, como por parte dos que estão trabalhando pelo candidato do PRN, Fernando Collor, interessado na impugnação — afirmava o advogado.

Para Goiás, Sarney não se envolveu, pessoalmente, nas pressões sobre os Ministros da Justiça Eleitoral, mas garantiu que vários de seus Ministros participaram ativamente

de todo o processo.

Ele não citou nomes, mas deu a entender que além de João Alves — um dos articuladores da candidatura de Silvio — estavam trabalhando pelo PMB os Ministros da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves; da Educação, Carlos Sant'Anna; da Agricultura, Íris Rezende; e até o Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. Do lado de Collor, segundo o advogado, o mais atuante foi o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

— O problema é que os Ministros do TSE estão irredutíveis na decisão de não darem dica do que pretendem fazer. Em geral, eles falam em tese, dão indicativos, desta vez, nada — queixava-se o advogado.

Apesar das dificuldades, o PMB fez um levantamento das probabilidades de vitória a partir da análise do comportamento de cada um dos sete Mi-

nistros do TSE. O grupo não afastava a possibilidade de um resultado unânime, tantas foram as reuniões promovidas pelos Ministros nos últimos dias, mas apostava no placar de 4 a 3 favorável ao partido.

Os três votos contrários seriam — segundo a avaliação do PMB — dos Ministros Romildo Bueno de Souza, Sidney Sanches e Roberto Rosas. O primeiro porque sempre se posicionou contra candidaturas provisórias; Sanches porque tem manifestado preocupação com o impacto da candidatura Silvio no processo eleitoral; e Rosas, além de ter sido nomeado por Sarney, também é contra a participação de legendas sem registro definitivo na disputa sucessória.

A favor, o PMB tinha como voto certo a seu favor o do Ministro Vilas Boas, que apesar de ter sido indicado pelo Ministro Antônio Carlos Magalhães tem se notabilizado por julgar

sempre com base no texto da lei, sem maiores interpretações. Pelo mesmo motivo, o PMB contabilizava a seu favor os votos dos Ministros Miguel Ferrante e Luiz Otávio Gallotti.

— A grande incógnita é o voto do Rezek (Presidente do TSE). Esperamos que consiga resistir às pressões do Leitão de Abreu. A decisão de votar, mesmo que não seja no caso de desempate, parece indicar que conseguiu — avaliava Goiás.

Os advogados do PMB e do PFL não acreditavam que o TSE não impugnaria o registro definitivo do partido, alegando irregularidades no processo. Achavam que, se esta fosse a intenção, os Ministros já teriam tomado a iniciativa para que no julgamento da candidatura o pedido fosse considerado prejudicado por não existir mais o PMB.

— Este foi um bom sinal para nós — sonhava Goiás.